



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
Bacharelado

PROJETO PEDAGÓGICO

Rio de Janeiro
2009

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 APRESENTAÇÃO..... | 03 |
| 2 JUSTIFICATIVA..... | 06 |
| 2.1 A Criação do Curso de Serviço Social na UNIRIO..... | 09 |
| 3 IMPACTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL//UNIRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 13 |
| 3.1 Formação em Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro..... | 13 |
| 4 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO..... | 16 |
| 5 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL..... | 20 |
| 6 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO MEC..... | 21 |
| 7 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES SEGUNDO A LEI DE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL..... | 22 |
| 8 PERFIL DO BACHERAL EM SERVIÇO SOCIAL..... | 24 |
| 9 O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL..... | 25 |
| 9.1 A Política de Assistência Social..... | 25 |
| 9.2 Política de Saúde Pública..... | 26 |
| 9.3 Política de Previdência Social..... | 26 |
| 9.4 Política de Educação..... | 26 |
| 9.5 Política de Habitação, o Urbanismo e o Meio Ambiente..... | 26 |
| 9.6 O Campo Sócio Jurídico..... | 27 |
| 9.7 Esfera Privada..... | 27 |
| 9.8 As ONGs e as Associações de Direitos..... | 27 |
| 10 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO CURSSICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL..... | 28 |
| 10.1 Vertentes de Formação Profissional..... | 30 |
| 10.2 Componentes Curriculares..... | 31 |
| 10.3 Matriz Curricular..... | 33 |
| 11 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO..... | 49 |
| 11.1 Recursos Humanos necessários para a implementação do Curso..... | 49 |
| 11.2 Oferta e Coordenação do Curso..... | 49 |
| 12 REFERÊNCIAS..... | 50 |

1 APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social desta universidade que se apresenta a seguir está em consonância com o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) da UNIRIO. Sua construção foi pautada no que atualmente existe de mais inovador na história do Serviço Social no Brasil. Sua estrutura foi sistematizada a partir das discussões mais recentes da categoria, com o apoio do seu Conselho Regional, dos órgãos de ensino e pesquisa em Serviço Social. Sobre o projeto de profissão defendido pelo Serviço Social na contemporaneidade, é importante saber que:

“A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética profissional (1993), na Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei nº 8662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996)”.

Para adequar-se, criticamente, às exigências da contemporaneidade, o Serviço Social Brasileiro, redimensionou, nas últimas décadas, seu arcabouço teórico. Ainda nesse sentido, avançou radicalmente no debate de sua dimensão ética, expressa no Código de Ética de 1993, a partir da obrigatoriedade no estabelecimento de direitos e deveres para o assistente social pautados em princípios radicalmente humanistas, em contraponto à ordem social vigente. Dentre tais princípios destacamos:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;

- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (CRESS – 7ª Região, 2000).

Em face às inúmeras frentes de atuação dos assistentes sociais na UNIRIO e do compromisso acadêmico presente há mais de quarenta anos, era premente a ampliação das práticas do Serviço Social na UNIRIO com o investimento no campo acadêmico.

“O projeto profissional, construído ao longo das últimas décadas, aglutina segmentos significativos de assistentes sociais às forças sociais progressistas, comprometidas com a efetivação da cidadania, extensiva a todos e com a irradiação dos preceitos e práticas democráticos a todos os poros da vida em sociedade”. (IAMAMOTO, 2008, p. 230)

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social na UNIRIO prevê a realização de oficinas de prática profissional, disciplinas optativas, laboratórios de elaboração de textos, iniciação científica, extensão e pesquisa.

O discente do curso de Serviço Social poderá contar com campos de estágio próprios na universidade já consolidados (na área da saúde pública, saúde do trabalhador, terceira idade e recursos humanos) e aqueles das diversas áreas do saber que constituem esta universidade, cuja interdisciplinaridade se torna imprescindível.

Por considerarmos que a Universidade deve ser o espaço do plural, de intensa produção acadêmica, crítica e criativa¹; destacamos a importância da construção e implementação do curso de Serviço Social na UNIRIO, devido a ampla necessidade de formação de novos Assistentes Sociais. Tal necessidade se verifica através da demanda reprimida observada através do histórico de vestibulares no Estado do Rio de Janeiro e pelo amplo mercado de trabalho consolidado para os Assistentes Sociais

Assim, pretende-se que o curso de Serviço Social venha contribuir para consolidar a função social da UNIRIO – estar próxima da realidade social brasileira e das necessidades dessa sociedade.

¹ Coutinho (1991) destaca os diferentes projetos e valores que circulam no espaço acadêmico, enfatizando ser esse um espaço público, aberto ao debate e privilegiado para a expansão da cultura do pluralismo. Neste espaço a adesão a um projeto de sociedade deve ser “reconhecida e aceita consensualmente (1991:17).”

2 JUSTIFICATIVA

O Serviço Social emerge como profissão na década de 1930. Tal processo está articulado com o desenvolvimento do capitalismo no país, a consolidação do espaço urbano, ao crescimento da classe operária e aos conflitos decorrentes da relação capital x trabalho. A ampliação da participação do Estado no controle da vida social, acrescida da busca por alternativas de enfrentamento da “questão social” que ora surge são elementos importantes para a institucionalização da profissão (Yasbeck, 2008).

O Serviço Social traz na sua gênese as iniciativas de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado laico. Sua estruturação se dá como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico a partir de um contato direto com o operariado. Está voltado para uma ação de fortalecimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças.

A primeira escola de Serviço Social foi criada em 1936 - o Centro de Estudos e Ação Social (São Paulo) que posteriormente foi incorporado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e no Rio de Janeiro em 1937, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas décadas que se seguem observa-se a criação de vários cursos de Serviço Social.

Na década de 1940, no Brasil, no bojo de uma política econômica marcada pela industrialização, observa-se a emergência de uma burguesia industrial e o crescimento do proletariado brasileiro. O Estado cria, então, instituições de assistência – estatais, paraestatais e autárquicas – com o intuito de direcionar e integrar as reivindicações da classe trabalhadora através de políticas sociais, desenvolvidas nessas instituições, as quais demandam o trabalho dos profissionais de Serviço Social, sendo eles os agentes executores das políticas sociais direcionadas ao proletariado urbano.

À medida que o Estado se organiza para intervir em tais processos, emergem as grandes instituições governamentais que, através de políticas sociais, passam a constituir o mercado de trabalho do Assistente Social, junto com instituições patronais como SESI e SENAI. A década de 1940 configura-se como o momento de consolidação desse mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais.

A década de 1950 a profissão tem a regulamentação do ensino de Serviço Social pela Lei n.º 1889 de 13 de junho de 1953, a qual é regulamentada em 1954, regularizando os objetivos do ensino do Serviço Social, sua organização e os requisitos dos possuidores do diploma de Assistente Social. A lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, confere o direito de exercício profissional.

No final da década de 1950 observa-se o fortalecimento de uma política econômica tendo como medida social de relevância a regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social.

O Serviço Social passa a ter uma importância significativa no projeto de expansão Nacional brasileiro em 1950, com o desenvolvimento, pela ONU, do “Desenvolvimento de Comunidade” (DC). Para combater o comunismo na América Latina, principalmente pós revolução cubana de 1959, criam-se programas de assistência internacional, como a Aliança para o Progresso, em 1960.

Essa influência imprime um caráter técnico-científico ao Serviço Social, referenciado no paradigma do funcionalismo – sem romper, no entanto, com a herança católica de base européia – e na interação com as Ciências Sociais, trazendo para a profissão uma preocupação com o conhecimento da realidade social brasileira pela Sociologia, Filosofia, Antropologia e Psicologia Social.

A base de legitimação da profissão se desloca para os setores empresariais e para o Estado, no âmbito das políticas sociais, exigindo-se um profissional com qualificação técnica e científica, que construam respostas à questão social dentro da realidade brasileira.

Na década de 1960, com a desmobilização dos movimentos políticos emergentes no período populista observa-se uma ampliação do mercado de trabalho para o Assistente Social. Esse mercado de trabalho exige um profissional com características técnico – racionais, ou seja, “moderno e racional” (Netto, 2002), surgindo, nesse momento, na universidade, o curso de Serviço Social, ocupando o status de curso universitário.

Ainda na década supracitada sob a ditadura militar brasileira, o Serviço Social constrói um movimento endógeno a ele, denominado movimento de reconceituação. Tal movimento não se instituiu isoladamente no Brasil, pois se estendeu na América Latina resguardando as especificidades de país para país.

Para Netto (2002) instituíram-se três vertentes balizadoras e diferentes nesse processo: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

A perspectiva modernizadora expressou o interesse da profissão na busca da eficiência e modernização científica. O aprimoramento teórico metodológico buscou sustentar a intervenção, sem questionar a ordem social vigente. Tal vertente fundamentou-se no funcionalismo como veio de análise da realidade social.

No que se refere a vertente reatualização do conservadorismo, essa se expressa no referencial de influência da fenomenologia, onde a intersubjetividade aparece como fundamental para o conhecimento dos sujeitos envolvidos e para a prática profissional do assistente social, desenvolvendo um processo de psicologização da vida social.

A perspectiva de “intenção de ruptura” buscou romper com a herança intelectual e cultural do Serviço Social tradicional, fundamentando-se na concepção marxista de natureza crítica e reflexiva como meio para a análise da realidade social.

Essa perspectiva contribuiu com o debate sobre a formação profissional, durante a década de 1970, originando um novo currículo aprovado pelo Conselho Federal de

Educação em 1982, tornando, a partir daí, obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no território brasileiro. É válido ressaltar que essa vertente se torna hegemônica dentro do Serviço Social conduzindo a profissão para análises macro societárias a respeito do país e da própria profissão.

No ano de 1996 as novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são aprovadas não mais, como currículo mínimo obrigatório. Nesse documento o ensino da prática é destacado, com outros temas de relevância como a pesquisa social e a ética profissional.

Cabe destacar que ao longo de sua trajetória o Serviço Social desenvolveu para além das competências de intervenção direta sobre a questão social, estabeleceu também, uma frente de trabalho voltada para o planejamento, a implementação, gestão e avaliação das políticas sociais fornecendo um importante suporte à sociedade brasileira.

É uma profissão que ao longo de mais de setenta anos de trajetória no Brasil construiu particularidades e formas de apreender a realidade social para a construção de respostas ao contexto social vigente no país.

2.1 A criação do Curso de Serviço Social na UNIRIO

A proposta de criação do Curso de Serviço Social na UNIRIO faz parte do processo de expansão da Universidade concebida pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Nesta iniciativa estão também inseridos os cursos de Administração Pública e Ciências Políticas com início previsto para os anos de 2009 e 2010.

Criada em 5 de junho de 1979, pela Lei 6.655, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO é uma fundação de direito público integrante do sistema federal de ensino superior, originária da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada em 1969.

Foram reunidos estabelecimentos isolados de ensino superior vinculados, anteriormente, a três ministérios: Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria – Escola

Central de Nutrição; Ministério da Saúde – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Ministério da Educação e Cultura – Conservatório Nacional de Teatro; Instituto Villa-Lobos; Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

Em 1977, foram incorporados à Federação o Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional, e o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

Somente em 1979, surgiu a UNIRIO, sendo seu primeiro Reitor o então Presidente da FEFIERJ, professor Guilherme de Oliveira Figueiredo, que exerceu esse cargo, por dois mandatos, até 1988. Era um momento importante na conjuntura política nacional.

Mesmo ainda exercendo severa influência, o governo militar não mais detinha o poder anterior. A sociedade civil estava se reorganizando, iniciando um movimento de democratização impar na comunidade universitária. Consolidavam-se, neste período, as associações docentes e de servidores nas universidades.

O seu corpo social é constituído por discentes, técnico-administrativos e docentes qualificados e titulados- doutores, mestres e especialistas- nas mais variadas áreas de conhecimento. A UNIRIO está plenamente adequada aos dispositivos estabelecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 /96.

Assim, a UNIRIO nasceu em um momento histórico de redemocratização da sociedade brasileira, porém mantendo a fragmentação de sua origem².

A Universidade possui atualmente cinco Centros Acadêmicos e conta com dezesseis (16) cursos de graduação, possui diversos programas de pós-graduação, sendo sete (07) *Lato Sensu* e nove (09) *Stricto Sensu* oferecidos nos seus diversos Centros.

O Serviço Social na UNIRIO se faz presente desde sua formação. Inicialmente esteve inserido nas diversas unidades institucionais, sempre com uma atuação assistencial nas áreas da Assistência Estudantil (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto), da Saúde (Hospital Universitário Gaffrée e Guinle) e na Administração Central, mais especificamente, no Departamento de Recursos Humanos.

A alteração das demandas institucionais ocorridas desde o processo de fundação da Universidade na década de oitenta é um elemento central para a estruturação do Serviço Social nesta Universidade e para a renovação da prática profissional realizada tanto no campo assistencial como na inserção acadêmica. São datadas da época iniciativas de participação da referida equipe em programas de Saúde Coletiva na extensão universitária, com capacitação de profissionais de diversas áreas do conhecimento para o aconselhamento de DST/HIV/Aids, subvencionadas pela World Aids Foundation – Instituto Pasteur (1994 a 1996); programas de Educação em Saúde – Programa AIDS Jovem e Jovem Voluntário, com financiamento da Fundação MUDES (1993 a 2004); programa Saúde do Trabalhador em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / Prefeitura do Rio de Janeiro na criação do Projeto de Extensão e do curso em Saúde do Trabalhador (2006 a 2008), além da participação nas jornadas científicas, supervisão de estágio acadêmico de Serviço Social, Comitê de Ética em Pesquisa.

A ampliação das requisições profissionais do assistente social na atualidade, combinada com o crescimento desta Universidade, requer respostas institucionais ao processo, respeitando o trinômio ensino, pesquisa e extensão, que venham de encontro às necessidades da realidade brasileira, onde a questão social, aqui entendida como expressão da dinâmica da relação capital x trabalho, é um elemento central. A criação de um curso público comprometido com a formação profissional de assistentes sociais é uma necessidade. O Serviço Social é uma carreira que no cotidiano do seu exercício profissional atua no enfrentamento das manifestações da questão social, através da formulação e da execução qualificada de políticas sociais.

² Este histórico foi elaborado por ocasião da construção do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional da

A referida proposta emerge como expressão da agenda política definida no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XII CBAS), de abertura e da ampliação de vagas em período noturno de Cursos de Serviço Social nas universidades públicas. Assim como do compromisso dos assistentes sociais dessa universidade com o fortalecimento da categoria e da formação profissional.

A preocupação na busca por mecanismos que assegurem a excelência no ensino público numa conjuntura tão desfavorável se deve ao entendimento de que o processo de formação é uma dimensão privilegiada a ser fortalecida no enfrentamento da profissão à lógica neoliberal. É desnecessário discorrer sobre os limites que tal iniciativa sofre diante da amplitude da ofensiva conservadora. Entretanto, cabe a todos que defendem outro modelo de sociedade e um projeto profissional com direcionamento político pautado na justiça social, na ética e na defesa dos direitos, reunir esforços e organizar novos espaços de produção de conhecimento para o Serviço Social, a partir das referências sócio-históricas reconhecidas pela profissão. É preciso ter em mente a superação da lógica mercantil na regulação da vida social e conseqüentemente uma ampliação progressiva, uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital (MARX, 1996).

3 IMPACTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/ UNIRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O crescimento acelerado dos cursos de Serviço Social no setor privado tem nos revelado algumas tendências com relação à entrada dos futuros profissionais, nas instituições de nível superior, em que pese à eliminação de vestibular e a facilidade na matrícula conseguida através da lógica mercantil utilizada pelas instituições privadas, o que conseqüentemente tem diminuído lentamente a procura pelas instituições públicas, por outro lado este aumento de cursos, embora demonstre uma tendência a minimizar os efeitos do gargalo que ainda constitui a entrada em curso superior está longe de eliminar o processo de exclusão, pois ao verificarmos a tabela abaixo através de uma média simples da relação candidato X vaga das maiores universidades públicas do Rio de Janeiro, constatamos que nos últimos três anos menos que 20% dos candidatos aos cursos de Serviço Social teriam a possibilidade de se matricularem. Este dado ratifica a necessidade da criação de novos cursos em Serviço Social no setor público, pois ao introduzir esta discussão é preciso ter em mente a superação da lógica mercantil na regulação da vida social e conseqüentemente uma ampliação progressiva, uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital (Marx, 1996).

3.1 Formação em Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro

- As regiões Sudeste com 107 cursos privados e 16 públicos e Sul com 24 privados e 14 públicos são responsáveis por 72 % dos cursos de Serviço Social no país, ficando a região Nordeste em terceiro lugar com 13 privados e 15 públicos, a Norte em quarto com 19 privados e 04 públicos e a Centro-oeste em seguida com 09 privados e 04 públicos;

-Entre 1995 e 2005 foram criados 8,46 cursos privados para cada novo curso público de Serviço Social no Brasil;

- O percentual de cursos privados (76%), sendo 47 no período diurno e 131 no noturno, é bem superior aos públicos (24%), que somam 31 diurnos e 22 noturnos SIMÕES (2007).

A partir das informações colhidas no Catálogo de Cursos de Serviço Social no Brasil, organizado por Simões (2007), observa-se que o número de cursos de graduação em serviço social vem aumentando, principalmente na área privada, apresentando maior incidência no período noturno.

No entanto, no Rio de Janeiro, há uma demanda reprimida de 1709 vagas no quadro de ofertas das universidades públicas, sendo 527 vagas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 1182 vagas da Universidade Federal Fluminense.

No quadro configurado pela oferta e pela demanda de vagas para o Curso de Serviço Social das universidades públicas no Rio de Janeiro, apresenta-se um total de 570 vagas oferecidas em relação ao um total de 2.279 inscritos nos processos seletivos para ingresso nessas instituições de ensino superior, levando a essa demanda reprimida de 1709 vagas.

Os números são expressivos e reforçam a necessidade e o empenho de fazer valer o desafio das universidades públicas em garantir, de forma mais comprometida, o acesso e a permanência de indivíduos que venham a atuar como agentes transformação social.

A realidade social brasileira vem exigindo, cada vez mais, profissionais competentes e capazes para intervir eticamente, com amplos conhecimentos teóricos e práticos, em questões sociais, base de “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. (Iamamoto, 2001: 17), o que caracteriza a nossa sociedade como uma das mais assimétricas do globo.

A sociedade brasileira está avançando em direção ao fortalecimento das lutas em defesa dos direitos sociais e das minorias tornando-se cada vez mais necessária a formação de profissionais de serviço social, atuantes em quadros institucionais públicos e privados, na formulação de planejamento, implementação e avaliação de políticas sociais além da coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de planos, programas, projetos, estudos e pesquisas na área, com vistas à ampliação do acesso de segmentos pouco privilegiados aos serviços construídos e conquistados socialmente.

Nessa linha de compreensão, cabe a este profissional atuar também junto aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Direitos e Políticas Sociais, visando a contribuir com ações e decisões de assistência social.

À universidade que é um espaço de pesquisa, produção e experimentação de conhecimento, compete a formação intelectual e humana de sujeitos sociais e cidadãos comprometidos com valores centrados na melhoria da qualidade da sociedade.

4 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

O processo de formação adotado pelo Serviço Social na contemporaneidade expressa uma necessidade sócio-histórica de renovação do perfil profissional, que deve atender às exigências tecno-operativas da profissão diante das manifestações da “questão social” decorrentes do processo de exploração capitalista. As mudanças nas formas de gestão da força de trabalho e das políticas sociais, decorrentes das transformações societárias, demandam o redimensionamento da intervenção dos assistentes sociais sobre as expressões da questão social. Entretanto, certamente precisam se referenciar nas diretrizes curriculares construídas pela categoria, que expressam o acúmulo teórico e ético-político da profissão no campo da formação.

A formação é, para as entidades vinculadas ao Serviço Social, um processo de orientação crítica, marcado pelo movimento complexo das classes sociais na sociedade e reflete o debate teórico e político travado pela profissão ao longo de sua trajetória histórica, tendo em vista responder às manifestações da “questão social” nos marcos do capitalismo monopolista em expansão. A relação entre a profissão e a realidade manifesta-se concretamente quando do enfrentamento da “questão social”, constituindo-se essa a principal referência das atuais diretrizes curriculares do projeto de formação profissional. Este assume como argumentação central a tese de que o significado sócio-histórico e ídeo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto das práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado e Mercado.

O trabalho é basilar nesta proposta considerando-o como eixo estruturante da vida social. Ele é a condição necessária para a existência do *homem* em sua dimensão ontológica, mas ao longo de seu desenvolvimento e das potencialidades produtivas, o processo de trabalho vai moldando esse homem, de tal modo que “determina a totalidade da existência humana e, pois, constitui o modelo básico de sociedade”. (Marcuse, 1978: 270).

Apreender a referida categoria significa entendê-la como elemento fundante do ser social, que atribui sentido à História e vai ganhando novas determinações ao longo da trajetória moderna. Ao trazer para o debate a categoria trabalho, busca-se fornecer subsídios para desmistificar e apresentar os limites de sua forma última, o trabalho assalariado, entendendo que o modo de produção que domina o trabalho torna-o motivo

de exploração, dor e sofrimento para o homem que o sente de forma abstrata e alienada. Alguns teóricos, vinculados a um projeto societário conservador, tentam eternizá-lo em sua configuração atual com argumentos desprovidos de história e de criticidade. Contudo, a capacidade de resistência dos trabalhadores persiste para que sua plena autonomia triunfe sobre o trabalho, dominando o ato laborativo como condição do desenvolvimento das potencialidades humanas. É neste contexto que o assistente social é reconhecido como trabalhador assalariado, vivenciando nos processos de trabalho a exploração própria do modo de produção capitalista.

Como qualquer outro trabalhador, a venda de sua força de trabalho é definida a partir de relações entre ele e sua instituição, o contexto sócio-histórico e a capacidade de criar estratégias profissionais, o que limita sua autonomia profissional (Guerra, 2007).

Se é verdade que o Serviço Social como profissão está intrinsecamente articulado às configurações estruturais e conjunturais da “questão social”³, um projeto de formação profissional requer um tratamento rigoroso da matéria. O tratamento teórico, histórico, metodológico, rigoroso da realidade social, considerando a particularidade nacional, regional e local, pressupõe o conhecimento e domínio de teorias no campo das Ciências Sociais, das referências marxistas, resguardada a interdisciplinaridade.

As dimensões investigativa e interpretativa constituem princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre a teoria e a realidade. Ressalte-se também a dimensão pluralista com direção social hegemônica na perspectiva crítica, defendida na formação profissional na adoção de uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Tal processo requer o conhecimento das principais vertentes teóricas utilizadas, a apreensão do real e a adoção da análise sócio-histórica da sociedade contemporânea a partir do desvelamento das relações sociais capitalistas, da organização das forças produtivas materiais, observando a dinâmica das classes sociais, os movimentos de ruptura e de continuidade próprios da vida social, a conjuntura política e as formas de regulação social.

³ Ver Netto (2001) e sua discussão a respeito do termo “questão social”, observando o uso dessa designação pelo segmento conservador e que o mesmo se aplica a uma dinâmica, a um conjunto de

O currículo mínimo proposto pela ABEPSS resulta de um amplo processo de debate⁴ entre as Unidades de Ensino de Serviço Social brasileiras, com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, realizado desde 1994, com vistas à revisão do currículo implantado em 1984.

A construção do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO vem atender as exigências para a formação dos Assistentes Sociais, proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS aprovadas, em 1996 e coaduna com o Projeto Pedagógico Institucional da UNIRIO, que prevê um “ (...)trabalho pedagógico em uma perspectiva crítica e democrática como se pretende, visando à formação de um indivíduo autônomo, reflexivo, sem a perda dos laços de solidariedade social (PPI,2006)”.

Essas exigências têm por determinação traços da conjuntura brasileira nos últimos anos, pondo os desafios contemporâneos às atividades profissionais e o próprio desenvolvimento histórico profissional, requerendo revisão no processo de formação existente frente às mudanças na realidade social e em relação ao conceito de trabalho, à questão social e à concepção da profissão, entre outros. Nesta mesma perspectiva conduz à análise da realidade social, das políticas sociais e dos objetos da prática profissional.

Além dessas informações sobre o projeto de formação profissional do Curso de Serviço Social na UNIRIO, acrescenta-se que as tendências do mercado de trabalho, no Estado do Rio de Janeiro, impõem desafios à formação profissional que exigirão, continuamente, a análise das demandas sociais, institucionais e do perfil do assistente social na realidade.

A formação em Serviço Social deve estar pautada em currículos plenos dotados de flexibilidade, observando a maleabilidade na organização dos conteúdos, as

elementos que são constitutivos da relação capital x trabalho e que só emergem quando se tornam objetos de intervenção por parte do Estado.

singularidades regionais e locais, sem perda de referencial básico nas disciplinas fundamentais do currículo (Boschetti, 2004). Vale considerar também a dinâmica presente na organização de todos os componentes da estrutura curricular, de forma que possibilite a compreensão dos dilemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, as respostas às demandas em que o Serviço Social é chamado a intervir exigem uma formação qualificada e o desenvolvimento de habilidades técnico-operativas necessárias ao fazer profissional orientadas pelas atribuições privativas e competências profissionais e definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e pelo Código de Ética (Resolução CFESS nº 273/93) além das outras normativas já mencionadas. O projeto pedagógico construído visa combinar o domínio das principais referências teóricas utilizadas pela profissão com a qualificação técnica para desenvolvimento da dimensão investigativa necessária à apreensão a dinâmica dos fenômenos sociais, intervir na realidade e construir estratégias profissionais referenciadas pelo arcabouço teórico e técnico reconhecido, hegemonicamente, pela categoria. Ressalte-se que tal processo requer também um investimento em atividades complementares como a monitoria, iniciação científica, seminários, produção científica (nos formatos estabelecidos pelo órgãos de fomento à pesquisa) e os projetos de extensão universitária, que materializam a função social da Universidade Pública. Por fim, destaque-se a dimensão ético-política do Serviço Social, fundamental na formação, que permite ao discente identificar criticamente a conjuntura, as relações de poder institucionais e sociais presentes na realidade brasileira e mundial. Assim, entende-se que o compromisso profissional assumido pelo Serviço Social na contemporaneidade será reafirmado no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão pretendido nessa proposta.

⁴ Ver discussão de Boschetti (2004) a respeito da diferenciação entre as diretrizes aprovadas pela ABESS em 1996 e a formatação aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001.

5 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

“São princípios que fundamentam a formação profissional”:

- 1- flexibilidade de organização dos currículos plenos expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- 2- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- 3- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- 4- superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- 5- estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- 6- padrões de qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aula diárias de atividades nestes últimos;
- 7- caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto profissional;
- 8- indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 9- exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- 10- ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- 11- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

6 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO MEC

As competências e habilidades do curso de Serviço Social, aprovadas em 2001 pelo MEC, são:

a) Gerais:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas a:

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos de informática.

b) Específicas:

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia de direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população a respeito de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social. (Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Resolução CNE/CES/ MEC 15, de 13 março de 2002)

7 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES SEGUNDO A LEI DE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

As competências e atribuições estão determinadas na Lei n. 8.662, de 7 de julho de 1993, que regulamenta a profissão do assistente social e estabelece as seguintes competências e atribuições técnico-operativas.

Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

V - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde seja aferido conhecimento inerente ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

8 PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB em 20 de dezembro de 1996 e a conseqüente reforma do ensino, as Diretrizes Curriculares foram encaminhadas para aprovação à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto – SESU/MEC, passando a tramitar nesta instituição. Uma comissão de especialistas na área de Serviço Social, por convocação da referida Secretaria apreciou a matéria e, em consonância com as diretrizes propostas pela ABEPSS, e com a Lei 8662 de 07 de junho de 1993 que regula a profissão de Assistente Social, definiu o Perfil do Bacharel em Serviço Social como: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais, políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

9 O MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O cenário contemporâneo brasileiro encontra-se aberto à formação profissional de novos assistentes sociais, à medida que temos o desenvolvimento das políticas sociais no âmbito da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), bem como, das demais políticas públicas (habitação, educação, o campo sócio-jurídico, dentre outros). Destaca-se ainda, um amplo setor privado empresarial composto por áreas como recursos humanos, responsabilidade social e filantropia empresarial. Para ocupar todos os possíveis espaços citados, faz-se necessária a formação de profissionais de Serviço Social no Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988 e das inúmeras orientações e normativas no campo da Seguridade Social⁵ e demais políticas sociais, como a descentralização político e administrativa das políticas (com ênfase na municipalização), e a criação de mecanismos de controle social (como os conselhos de direitos), se estabelece o amplo mercado de trabalho para os Assistentes Sociais.

Vejamos alguns campos profissionais do Serviço Social:

9.1 A Política de Assistência Social

Os Assistentes Sociais atuam na Política de Assistência Social brasileira respaldados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se desdobra na proteção social básica e na proteção social especial. No SUAS, os profissionais do Serviço Social constroem ações nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que são mais de 5.000 implementados em todo país e em outros programas pertencentes à Assistência Social, a exemplo do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família) e nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) com trabalhos específicos em situação de ameaça ou de violação de direitos.

9.2 Política de Saúde Pública

O Serviço Social está presente na saúde pública brasileira desde sua organização inicial por volta de 1930. Hoje, os Assistentes Sociais atuam nos diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), na atenção primária, na secundária e na terciária em todo território nacional . Os Assistentes Sociais ocupam frentes de trabalho nos hospitais de pequeno, médio e grande porte, nas unidades básicas de saúde, e em campos como a reabilitação infantil ou adulta, a saúde do trabalhador, a saúde bucal, política de planejamento familiar, política de prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS etc. A saúde pública se destaca como um grande campo de trabalho, marcado pela presença de muitos Assistentes Sociais no planejamento e na gestão dessa política pública.

9.3 Política de Previdência Social

As agências do Instituto Nacional de Seguros Sociais (INSS), espalhadas por todo país são ricos locais de trabalho para os Assistentes Sociais. Nesse espaço os profissionais atuam assessorando a população quanto ao acesso aos direitos previdenciários.

9.4 Política de Educação

A atuação do Serviço Social não é recente na educação. Nesse espaço, os profissionais desenvolvem uma abordagem reflexiva objetivando a participação da criança, do jovem ou do adulto em seu processo de construção do conhecimento. Atualmente, universidades e escolas buscam mecanismos não só para o acesso a educação, faz-se necessário construir mecanismos que favoreçam a permanência na escola e na universidade através das políticas de Assistência Estudantil.

9.5 Política de Habitação, o Urbanismo e o Meio Ambiente

Os Assistentes Sociais tem desenvolvido um importante papel de pensar e refletir o espaço urbano e o meio ambiente no Brasil. Diversas prefeituras contam com o apoio de

⁵ Ver Sistema Único de Saúde – SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, Estatuto do Idoso, Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Plano de Convivência Familiar e Comunitária e Sistema Nacional de Ações Sócio-Educativas – SINASE.

equipes formadas por profissionais de Serviço Social que atuam sobre a questão da moradia sem legalização fundiária, da moradia em local de risco de morte e / ou grave acidente e na construção de uma política de preservação do meio ambiente.

9.6 O campo Sócio Jurídico

Tal espaço é constituído por várias instituições, como o sistema prisional brasileiro (em regime aberto e fechado), sistema socio educativo, que atendem adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (em regime de liberdade assistida ou privação de liberdade) e o conjunto de instituições jurídicas como as varas da infância, juventude e idoso, as varas de família e varas de órfãos e sucessões e ministério público .

9.7 Esfera Privada

Tal espaço se apresenta com características amplas e formas de inserção diversificadas. Tradicionalmente, observa-se a presença de Assistentes Sociais em grandes empresas privadas e estatais. Nesse espaço os Assistentes Sociais são responsáveis por desenvolver políticas de recursos humanos, responsabilidade social e filantropia empresarial.

9.8 As ONGs e as Associações de Direitos

As Organizações Não Governamentais tiveram um amplo desenvolvimento em termos do quantitativo numérico na década de 1990. Assim, tais organizações passaram a ser grandes empregadores de Assistentes Sociais que atuam sobre as questões atuais que mobilizam os esforços da sociedade civil organizada. Já as Associações de Direitos, são estruturas tradicionais da vida política e social brasileira , expressas em associação de aposentados, associações por determinadas doenças entre outras questões. Tais espaços também constituem-se em um importante campo de trabalho.

A atuação profissional do Assistente Social desenvolve-se nos mais variados espaços conforme o que foi aqui descrito com alguns exemplos. Essa amplitude no campo da formação profissional, decorre do próprio processo de formação dos Assistentes Sociais, uma formação generalista que fornece como suporte ao aluno egresso a capacidade de atuação sobre os temas relevantes para a sociedade brasileira.

10 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIRIO

A proposta do curso de Serviço Social da UNIRIO é de formar profissionais de nível superior com capacidade e compromisso com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais. A profissão de Assistente Social requer o desenvolvimento do potencial crítico a partir do processo da sua formação intelectual e cultural de cunho generalista, com competências e habilidades de atuação nas diversas dimensões que a profissão abarca. Possui caráter interventivo, por excelência, articulado aos aspectos de planejamento, gestão, pesquisa e ensino.

O curso de Serviço Social da UNIRIO privilegia a construção de uma proposta de ensino capaz de garantir a pluralidade e a interdisciplinaridade na transmissão dos conteúdos, articulando sempre todas as disciplinas com as questões relevantes para a profissão. A vinculação permanente entre teoria e prática é central no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a ação profissional prescinde do conhecimento e esse só se realiza a partir da ação e que “(...) a teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da “possibilidade” e o da segunda o da “efetividade” (Santos, 2006:21)”.

No processo de ensino-aprendizagem, a participação ativa e horizontalizada entre o docente e o discente é fundamental para uma formação qualificada, comprometida com a garantia de direitos e com a construção de uma sociedade mais justa. Ao docente caberá uma direção teórica, metodológica, ética e política clara e atualizada, capaz de propiciar ao discente as condições necessárias para o desenvolvimento de seu potencial investigativo, reflexivo, criativo, autônomo e crítico. Nesse sentido, o docente tem como compromisso ministrar as disciplinas, estimular a participação do alunado nos processos políticos e acadêmicos presentes no curso e na universidade a fim de interferir coletivamente nos rumos da Educação oferecida, considerando que se trata de um espaço público, plural e democrático. Ao discente é imprescindível o investimento no seu

processo de aprendizagem, nos diversos níveis que esse abarca, reconhecendo as implicações e possibilidades da formação profissional escolhida. Portanto, o discente deverá, a partir da investigação das referências teórico-metodológicas, éticas e políticas definidas neste projeto pedagógico, ter condições de analisar, compreender e interpretar a realidade na qual está inserido, podendo contribuir no espaço acadêmico e fora dele com análises e intervenções qualificadas diante dos desafios postos para a profissão na contemporaneidade.

A universidade é um espaço de formação, de investigação e de prestação de serviços à comunidade, portanto a preocupação com uma organização curricular que garanta a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se faz presente nessa proposta curricular. Nesse sentido, as ações de extensão já desenvolvidas pelo Serviço Social da UNIRIO são contribuições importantes, haja vista que estão vinculadas a propostas de pesquisas acadêmicas interinstitucionais. Elas promovem a função social da Universidade e se tornarão campos de estágio por excelência dos discentes do curso, tal como a experiência que já ocorreu em relação aos projetos anteriormente desenvolvidos⁶ em Serviço Social e se dá atualmente com os acadêmicos de Serviço Social no Projeto de extensão sobre Saúde de Trabalhador.

O curso em questão será inicialmente ministrado em horário noturno, com o mínimo de oito e o máximo de doze períodos letivos para integralização. As disciplinas obrigatórias teóricas, teórico-práticas e práticas de Serviço Social seguem articuladas e hierarquicamente ordenadas. No que diz respeito às atividades complementares, o discente deverá cursar 400 horas ao longo da graduação.

O projeto pedagógico deverá ser revisto e avaliado pelos fóruns institucionais da Universidade, no máximo a cada cinco anos, com o objetivo de apresentar contribuições atualizadas e qualificadas à política de pesquisa, bem como ao ensino e à extensão universitária desenvolvidos. É imprescindível nesses processos preservar a configuração curricular adotada e respeitar a proposta de ensino-aprendizagem defendida pela

⁶ Como no caso dos programas de Educação em Saúde – Programa AIDS Jovem e Jovem Voluntário, com financiamento da Fundação MUDES (1993 a 2004), com acadêmicos de Serviço Social, Medicina, Enfermagem e Educação.

categoria, que se materializa nas legislações que norteiam o exercício da profissão e formação profissional.

10.1 Vertentes de formação profissional

A proposta curricular definida pela ABEPSS é fundamentada pelas três vertentes de formação:

a. fundamentos teórico-metodológicos da vida social: são as referências teórico-metodológicas e ético-políticas que propiciam o conhecimento do ser social a partir da perspectiva de totalidade. Trazem subsídios ao discente, a partir da pluralidade e perspectiva crítica para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório. São as disciplinas vinculadas a essa vertente de formação: Introdução à Filosofia; Teoria Social, Política e Modernidade I; Teoria Social, Política e Modernidade II; Introdução às Ciências Sociais; Teorias Psicológicas; Estado, Classes e Movimentos Sociais I; Estado, Classes e Movimentos Sociais II; Administração; Economia contemporânea no contexto brasileiro; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Direitos Humanos; Trabalho e Sociabilidade; Estatística.

b. fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: são os fundamentos que se referem aos movimentos de constituição da sociedade brasileira, considerando suas particularidades sócio-históricas e suas diversidades regionais e locais. Propicia ao discente a análise do Serviço Social, do significado da profissão no conjunto das relações entre as classes, do Estado, do Mercado e dos movimentos sociais, observando as dinâmicas sociais presentes na contemporaneidade. As disciplinas vinculadas a esta vertente são: Política Social I; Política Social II; Política Social no Brasil; Infância e Juventude; Seguridade Social no Brasil; Relações de Gênero no Brasil; Gênero, Raça e Etnia; Direito e Legislação social; Serviço Social e a Questão social no Brasil; Formação social, política e econômica do Brasil; Família no Brasil; Serviço Social e os projetos de sociedade; Meio ambiente e a questão urbana no Brasil, Identidade e Cultura no Brasil; Violência e Sociedade.

c. fundamentos do trabalho profissional: são os conhecimentos, articulados aos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho, necessários à formação do estudante para o trabalho do assistente social no contexto contemporâneo e na direção social hegemônica da profissão. Nele serão apreendidos os aspectos que constituem o

fazer profissional do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. As disciplinas relacionadas são: Introdução ao Serviço Social; Referências sócio-históricas do Serviço Social; Serviço Social I; Serviço Social II; Ética profissional; Instrumentos e técnicas de intervenção; Prática Profissional e o Serviço Social; Planejamento e Gestão em Serviço Social; Serviço Social e Processos de Trabalho; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV; Trabalho de Conclusão I ; Trabalho de Conclusão II; Avaliação e o Serviço Social; Uso de Indicadores Sociais.

10.2 Componentes curriculares

a. Disciplinas: podem ser obrigatórias e optativas. As obrigatórias embasam o processo de formação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. As disciplinas optativas são aquelas desenvolvidas durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitantes ao período letivo escolar.

b. Atividades Complementares: são atividades teóricas e teórico-práticas desenvolvidas durante o curso que têm como objetivo desenvolver potencialidades no campo acadêmico, observando suas possibilidades como espaço de produção de conhecimento qualificado, democrático, gratuito e articulado com a sociedade “ (...) estimulando o estudante à prática de estudos independentes, a interdisciplinaridade e ao reconhecimento da importância da permanente atualização profissional. (Artigo 3 da resolução “UNIRIO n. 2628 de 08/09/2005)”.

Dentre os vários tipos de atividades complementares como a monitoria, a iniciação científica, a produção científica, a participação em projetos de extensão e os seminários promovidos por instituições de fomento a estudos e pesquisas de natureza científica e interdisciplinar destacam-se as oficinas e os laboratórios.

- Oficinas: teórico-práticas de estímulo à dimensão interventiva por meio do ensino do manejo de instrumentos, técnicas, atitudes, linguagem, onde as experiências

vivenciadas no campo de estágio serão articuladas às disciplinas obrigatórias oferecidas. Previsão: 10 a 15 alunos.

- **Laboratórios Temáticos:** atividades complementares teóricas para estudo de temáticas onde a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é privilegiada. Previsão: 10 a 15 alunos.

c. Estágio Curricular: atividade curricular obrigatória prática, fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. É parte integrante da política de estágio curricular da UNIRIO. É regulamentado pelas diretrizes curriculares da ABEPSS e pelo Parecer CNE/CES 15/2002. Tem como objetivo propiciar capacitação para o exercício profissional, observando as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, além do desenvolvimento de habilidades técnico-operativas, sendo, portanto, uma atividade de formação realizada pelos supervisores acadêmicos e de campo. Requer o cumprimento da Resolução do CFESS Nº 533/2008 e pressupõe a participação do aluno no espaço sócio-institucional e da supervisão profissional, direta, sistemática e presencial por parte do assistente social de referência, como também da supervisão acadêmica por parte do professor supervisor. Tem como base o Plano de Estágio, que deverá ser construído em parceria entre a instituição receptora e a universidade, utilizando como amparo legal a Lei 11.788/08 , que regulamenta o estágio curricular, a Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão, e o Código de Ética vigente. O estágio se dará por meio de sistematização, orientação, acompanhamento, reflexão e avaliação da atividade cotidiana do estagiário. Tem carga horária de 19% do total do curso, devendo ser iniciado após o cumprimento das disciplinas obrigatórias dos primeiros quatro períodos.

d. Trabalho de Conclusão de Curso: é atividade de orientação teórica obrigatória para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. O TCC será elaborado sob orientação de um professor e avaliado por uma banca examinadora formada por três membros, sendo um deles o próprio orientador. Expressa o ápice do processo de formação profissional realizada pelo discente na graduação. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento obtido, sendo preferencialmente utilizada a produção gerada a partir da experiência de estágio. Deverá ser produzido seguindo os padrões e especificações dos trabalhos científicos da UNIRIO.

10.3 Matriz curricular

A matriz curricular defendida nesse projeto pedagógico possui 3190 horas, divididas entre disciplinas teóricas, teórico-práticas e práticas, estágio curricular com 600 horas e atividades complementares com um total de 400 horas.

É preocupação garantir uma formação generalista, plural, que siga a direção social hegemônica da profissão e que observe suas referências sócio-históricas.

Ressalta-se o investimento na garantia da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no referido projeto. Na dimensão do ensino as disciplinas teóricas apresentam, desde seus conteúdos mais iniciais, sua vinculação com o Serviço Social. Entendendo que o processo de construção do conhecimento se faz por aproximações sucessivas da realidade, toda a grade curricular busca tratar das questões relevantes para a formação do assistente social, tal como trabalho, questão social e processo de trabalho, aprofundando o enfoque dos conteúdos a cada semestre. Assim, tanto nas disciplinas teóricas, quanto nas teórico-práticas e práticas busca-se o desenvolvimento do aluno nas competências e habilidades pertinentes ao exercício do Serviço Social.

No que diz respeito à dimensão investigativa, observa-se que os conteúdos pertinentes à área são trabalhados desde o primeiro período a partir da disciplina Metodologia de Pesquisa I.

A preocupação com a instrumentalização do aluno para a participação em atividades acadêmicas e de iniciação científica também aparece na disciplina Pesquisa e Serviço Social e Instrumentos e Técnicas de Intervenção. A oferta da disciplina de Metodologia de Pesquisa II é fundamental para construção do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, onde a realização de uma pesquisa constitui requisito para a Conclusão de Curso. A extensão universitária se expressa nos laboratórios temáticos, configurando-se como parte das atividades complementares oferecidas a partir do sexto período, devendo ser observado que é obrigatório o cumprimento de no mínimo quatro créditos durante o curso de graduação.

Segue a distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas nos oito semestres letivos, sendo destaque os pré e requisitos, a carga horária e os créditos necessários à conclusão do curso de Serviço Social da UNIRIO.

ANEXO I

De acordo com a Ordem de Serviço PROGRAD nº 001, de
04 de abril de 2008.

QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS, DISCIPLINAS OPTATIVAS, ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

| CÓDIGO SIE | DISCIPLINA | PER. REC. | CH/CR | EMENTÁRIO | PRÉ-REQUISITOS | TIPO |
|------------|--------------------------------|-----------|-------|---|----------------|------|
| | Introdução ao Serviço Social | 1º | 60/4 | O Serviço Social no contexto da produção e reprodução das relações sociais. O desenvolvimento do Serviço Social nas bases da expansão do sistema capitalista monopolista brasileiro. A formação da questão social e as respostas formuladas pelo Estado para o seu enfrentamento. A questão social e suas diferentes expressões e o Serviço Social. | | 1 |
| | Introdução à Filosofia | 1º | 60/4 | Introdução ao pensamento filosófico, através de seus principais temas, vertentes e disciplinas. Periodização histórica da filosofia. | | 1 |
| | Introdução às Ciências Sociais | 1º | 60/4 | A sociedade moderna: Galileu, Bacon, Hobbes. Rosseau sobre a civilização. Montesquieu e as determinações físicas da sociedade. Spencer, Saint Simon e Comte: a física social. Antropologia, Sociologia e Ciência Política: Karl Marx, Aléxis de Tocqueville, Émile Durkheim e Marcel Mauss. | | 1 |
| | Teorias Psicológicas | 1º | 30/2 | Teorias Psicológicas do século XIX. Existencialismo. Fenomenologia. Principais escolas psicológicas: Behaviorismo, Gestaltismo e Psicanálise. Teorias Psicanalíticas: Freud. Lacan. Jung. | | 1 |
| | Administração | 1º | 60/4 | Apresentação dos movimentos e teorias de administração. Análise e comparação dos conceitos. Elaboração de novos conceitos sobre o enfoque moderno da administração. Aplicação dos conhecimentos nas tarefas administrativas empresariais. | | 1 |

| | | | | | | |
|--|--|----|------|---|--|---|
| | Referências Sócio-Históricas do Serviço Social | 2º | 60/4 | Emergência e institucionalização da profissão na sociedade brasileira; Pensamento social da Igreja Católica e a interlocução com a matriz positivista; Doutrina Social da Igreja Católica e neotomismo; A influência norte-americana no Serviço Social: desenvolvimento de comunidade como estratégia de inserção do Serviço Social no projeto desenvolvimentista. | | 1 |
| | Serviço Social I | 2º | 60/4 | O Movimento de Reconceituação profissional do Serviço Social na América Latina, com ênfase no Brasil. As diferentes correntes da reconceituação e suas matrizes teóricas. A interlocução com o pensamento marxista e a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional. | | 1 |
| | Direito e Legislação Social | 2º | 60/4 | As instituições de direito no Brasil; Direitos e garantias fundamentais; Organização do Estado e dos poderes; Constituição Federal; CLT, SUS, SUAS, LOAS, Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Previdência Social, ECA, Estatuto do Idoso, Estatuto da Cidade; Integração da Pessoa Portadora da Deficiência, OSCIP; LBD, Lei de Regulamentação do Serviço Social. | | 1 |
| | Formação Social Política e Econômica do Brasil | 2º | 60/4 | A herança colonial e a constituição do estado nacional; Emergência e crise da República Velha; Instauração e colapso do Estado Novo; Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos; Nacionalismo, desenvolvimento e inserção dependente do sistema capitalista mundial; Ditadura no pós-1964 e a transição democrática da década de 1980; Gênese e desenvolvimento do neoliberalismo na contemporaneidade. | | 1 |

| | | | | | | |
|--|---|----|------|---|--|---|
| | Estado, Classes e Movimentos Sociais I | 2º | 60/4 | Perspectivas teóricas sobre Estado, sociedade civil e as classes sociais. A constituição dos Estados latino-americanos, com ênfase no Estado brasileiro. | | 1 |
| | Serviço Social II | 3º | 60/4 | Projeto ético-político-profissional do Serviço Social Brasileiro; O debate contemporâneo das ciências sociais e sua interlocução com o Serviço Social; Interdisciplinaridade; Novas demandas conjunturais e desafios colocados ao trabalho do assistente social na contemporaneidade. | Serviço Social I | 1 |
| | Prática Profissional e o Serviço Social | 3º | 60/3 | O debate sobre os temas pertinentes a cada área temática de estágio. O plano de Estágio em articulação entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e aluno. Análise institucional e seus fundamentos; relações de poder e contextos sócio-institucionais; Possibilidades e limites da prática profissional. | | 1 |
| | Teoria Social, Política e Modernidade I | 3º | 30/2 | Formação do Estado Moderno; Teoria política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau); Principais tradições intelectuais sobre o Estado e a Sociedade Civil | | 1 |
| | Estado, Classes e Movimentos Sociais II | 3º | 60/3 | Os movimentos sociais na América Latina. Os diferentes movimentos sociais no contexto de redemocratização da sociedade brasileira. Controle Social. O debate contemporâneo na literatura brasileira e internacional. O Terceiro Setor. | Estado, Classes e Movimentos Sociais I | 1 |

| | | | | | | |
|--|---|----|------|--|--|---|
| | Família no Brasil | 3º | 60/4 | Concepções teóricas. Família e sistema de proteção brasileiro. Redes sociais. Família e Gerações. Concepções teóricas sobre a família. A família e as políticas sociais. | | 1 |
| | Trabalho, Questão Social e Serviço Social | 3º | 60/4 | O trabalho na sociedade capitalista: a esfera da produção e da reprodução social. Processo de trabalho e processo de valorização. Exploração e dominação Trabalho na esfera pública. As lutas do trabalhador brasileiro e o capital.O debate contemporâneo sobre as expressões da questão social e o Serviço Social. | | 1 |
| | Teorias do Brasil | 3º | 30/2 | A historiografia do Brasil Colônia. As teorias constitucionais e o influxo da Revolução francesa no período pré-independência. Constituição de 1824 e Poder Moderador. Joaquim Nabuco, abolicionismo, Evolucionismo e culturalismo na década de 1870. Positivismo. Rui Barbosa e a Constituição de 1891. A República liberal- oligárquica e o café paulista. A crítica antiliberal: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre. O Estado Novo e o segundo Vargas. O marxismo de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Teorias da USP, ISEB, CEPAL. Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos. As interpretações da Ditadura militar, da redemocratização e da Constituição de 1988. Teorias Contemporâneas. | | 2 |

| | | | | | | |
|--|--|----|------|--|--|---|
| | Ética Profissional | 4º | 60/4 | A ética profissional; A construção do <i>ethos</i> profissional: valores e implicações no exercício profissional; As bases ontológicas da dimensão ético-moral da vida social. A ética profissional do Assistente Social e as questões éticas contemporâneas. A ética na história do Serviço Social e seus fundamentos teórico-filosóficos; O caráter sócio-histórico da ética e da moral; – os diferentes códigos de ética profissional. A articulação do trabalho profissional com o projeto ético-político do Serviço Social. | | 1 |
| | Instrumentos e Técnicas de Intervenção | 4º | 60/4 | Instrumentalidade. O desenvolvimento das estratégias profissionais via conhecimentos teóricos. A dimensão técnico– operativa para o trabalho profissional. | | 1 |
| | Política Social I | 4º | 60/4 | Os fundamentos sócio-históricos e conceituais das políticas sociais na trajetória mundial. As Políticas Sociais como espaços contraditórios no contexto social. | | 1 |
| | A Questão Fundiária no Brasil | 4º | 60/4 | A concentração de renda e da propriedade. O desenvolvimento dos fluxos migratórios no país articulados à questão da terra, da propriedade e da industrialização. O Estado e a reforma agrária. | | 2 |
| | Relações de Gênero no Brasil | 4º | 60/4 | Principais abordagens conceituais sobre gênero. As políticas sociais e a questão de gênero. Os movimentos sociais e a questão de gênero. Gênero e o Serviço Social. | | 2 |
| | Meio Ambiente e a Questão Urbana no Brasil | 4º | 60/4 | Meio ambiente e aspectos legais. A estruturação do espaço urbano na realidade brasileira. Territórios e segregação no contexto das grandes cidades. Movimentos sociais. O debate sobre a reforma urbana no Brasil. | | 2 |

| | | | | | | |
|--|---|----|-------|---|--------------------|---|
| | Teoria Social Política e Modernidade II | 4º | 60/4 | Teorias Sociológicas da modernidade: Max, Durkheim e Weber;. O debate contemporâneo sobre democracia, poder, cidadania, participação política e soberania. Teorias Sociais Contemporâneas: Habermas e Bordieu. | | 2 |
| | Gênero, Raça e Etnia | 4º | 60/4 | Teorias sociológicas e concepções de gênero, raça e etnia. Políticas sociais, diversidade de gênero e a realidade brasileira. Racismo. Políticas de cotas. | | 2 |
| | Estágio Supervisionado I | 5º | 150/6 | Introdução à experiência de estágio. Compreensão do espaço sócio-ocupacional – campo de estágio. Orientação sobre a elaboração de documentos pertinentes à formação profissional. Identificação e apreensão crítica dos aspectos relativos à estrutura e conjuntura organizacional. Identificação da política social executada. Observação, conhecimento e acompanhamento da atuação do Serviço Social no espaço organizacional, identificando suas atribuições e seu instrumental técnico operativo. Supervisão da elaboração do relatório final de estágio. | Ética Profissional | 1 |
| | Serviço Social e Processos de Trabalho | 5º | 60/4 | O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. | | 1 |

| | | | | | | |
|--|------------------------------------|----|-------|---|--------------------------|---|
| | Política Social II | 5º | 60/4 | As políticas sociais e o enfrentamento da questão social. O Controle social democrático. Interdisciplinaridade. Intersetorialidade. Políticas transversais. Universalização dos direitos sociais versus seletividade. | Política Social I | 1 |
| | Metodologia da Pesquisa Científica | 5º | 60/4 | O saber científico e o saber do senso comum. A pesquisa científica: a questão, a hipótese, a argumentação. Tipos de pesquisa: quanto à sua natureza e quanto ao tipo de dados. Instrumentos utilizados. Tipos de análises. A elaboração e a apresentação de um trabalho científico. | Serviço Social II | 1 |
| | Infância e Juventude | 5º | 60/4 | A criança e o adolescente ao longo da história. O Código de Menores. O ECA. A criminalização da pobreza e as formas de atendimento à infância e a adolescência na atualidade. Juventude. | | 2 |
| | Direitos Humanos | 5º | 60/4 | Perspectivas teóricas sobre Direitos Humanos. Os direitos humanos no Brasil e sua efetividade. | | 2 |
| | Educação a Distância | 5º | 60/4 | Histórico da Educação a Distância (EAD). Aspectos metodológicos da EAD. Projeto Político Pedagógico nessa modalidade. | | 2 |
| | Estágio Supervisionado II | 6º | 150/6 | Orientação do processo de discussão, reflexão, problematização e apropriação da experiência profissional. Análise da política, planos, programas e projetos desenvolvidos; Desenvolvimento de habilidade no uso do instrumental técnico. Domínio na | Estágio Supervisionado I | 1 |

| | | | | | | |
|--|---|----|-------|---|-------------------|---|
| | | | | sistematização das práticas do Serviço Social. Observação e análise do contexto sócio-institucional. Supervisão da elaboração do relatório final de estágio. | | |
| | Política e Seguridade no Brasil | 6º | 60/4 | Análise histórica das políticas de Saúde, Assistência e Previdência. As bases conceituais da Seguridade Social. Contribuições do Serviço Social. | Política Social I | 1 |
| | Economia contemporânea no contexto brasileiro | 6º | 60/4 | A trajetória do capital no contexto brasileiro. Características da economia contemporânea (a mundialização do capital, a produção e reprodução do capital, formas contemporâneas de exploração do trabalho) A economia contemporânea, e os impactos para o Serviço Social. As desigualdades sociais regionais e locais. | | 1 |
| | Educação e Sociedade | 6º | 60/4 | A importância da educação na formação da cidadania. A trajetória da política de educação no Brasil. | | 2 |
| | Identidade e Cultura no Brasil | 6º | 60/4 | Cultura e identidade no Brasil. Alteridade. Subjetividade. Identidade. Tradição e mudanças sociais. A cultura e o desenvolvimento de identidades. Hegemonia e Contra-hegemonia. | | 2 |
| | Educação Especial | 6º | 60/4 | Desvios da "normalidade". A sociedade e a natureza variável de critérios na definição das diferenças. O portador de necessidades educativas especiais, problemas e desafios na inclusão social-escolar. | | 2 |
| | Violência e Sociedade | 6º | 60/4 | Abordagens sociológicas sobre a violência. Crime. Violência na sociedade contemporânea. Aspectos gerais sobre a violência no Brasil. Violência urbana. Violência e saúde. Violência Intrafamiliar. Violência e direitos humanos. | | 2 |
| | Estágio | 7º | 150/6 | Orientação para uma análise aprofundada a | Estágio | 1 |

| | | | | | | |
|--|--|----|------|--|--|---|
| | Supervisionado III | | | respeito da prática profissional e suas possibilidades diante do contexto institucional. O desenvolvimento de habilidades com relação ao fazer profissional, a elaboração do projeto de intervenção e a formulação de estratégias de ação para sua efetivação. | Supervisio nado II | |
| | TCC I | 7º | 30/2 | Viabilizam a construção teórico-metodológica do objeto de investigação do trabalho de conclusão de curso (TCC), a ser desenvolvido individualmente e/ou em grupo de até três alunos. Aproximação do tema, orientado pelo professor responsável por essa disciplina, que deve estar articulado às linhas de pesquisa do curso e das demandas emergentes na profissão, vinculados às questões pertinentes a profissão. | Metodologi a e Técnicas de Pesquisa e Estágio Supervisio nado I | 1 |
| | Planejamento e Gestão em Serviço Social | 7º | 60/4 | A elaboração, coordenação e execução das políticas sociais pelo Serviço Social. Funções de planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil. Financiamento e Orçamento Público. | | 1 |
| | Saúde Pública | 7º | 60/4 | As principais abordagens sobre a saúde pública no Brasil. A Constituição brasileira de 1988 e o Sistema Único de Saúde. Os diferentes níveis de atenção a saúde no Brasil. A importância das ações de prevenção e promoção em saúde pública. A política nacional de humanização. | | 2 |
| | Uso de indicadores sociais para o Serviço Social | 7º | 60/4 | Construção de indicadores sociais. Aplicação de indicadores na pesquisa social. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos e demográficos sobre o Brasil. Elaboração de gráficos, tabelas e quadros. | | 2 |

| | | | | | | |
|--|--|----|-------|--|----------------------------|---|
| | Trabalho e Sociabilidade | 7º | 60/4 | Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. A mercadoria e seu fetiche; Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A crise da sociedade do trabalho. | | 2 |
| | Estatística | 7º | 60/4 | Conceito de estatística. Coleta, organização e análise de dados quantitativos e qualitativos. Leitura, interpretação e construção de gráficos e tabelas. Uso e interpretação de medidas de resumo, dispersão e relação. | | 2 |
| | Serviço Social e Projetos de Sociedade | 8º | 60/4 | Os projetos societários hegemônicos e em disputa na sociedade contemporânea no âmbito internacional e na América Latina, com destaque para a realidade brasileira; As crises do capital e a perspectiva histórica do projeto de emancipação humana; Articulação entre projetos societários e projetos profissionais no Serviço Social. | | 2 |
| | Linguagem Brasileira de Sinais | 8º | 60/4 | Língua Brasileira de Sinais e suas singularidades lingüísticas. Vivência da LIBRAS a partir do contato direto com um(a) professor(a) surdo(a). Implicações do Decreto nº 5.526 para a prática escolar e formação do(a) professor(a). | | 2 |
| | Estágio Supervisionado IV | 8º | 150/6 | Orientação para a observação e análise da caracterização da população usuária, suas demandas, serviços oferecidos e principais ações desenvolvidas pelo Serviço Social. Avaliação de projetos quanto às formas de intervenção e aos resultados e impacto da | Estágio Supervisionado III | 1 |

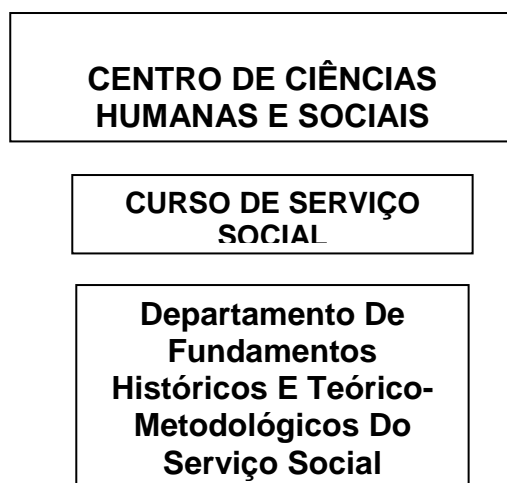
| | | | | | | |
|--|---------------------------|---------|------|---|-------|---|
| | | | | atuação junto à população. | | |
| | TCC II | 8º | 90/4 | Elaboração do Trabalho de conclusão de curso, tendo por base as pesquisas realizadas durante a experiência de estágio supervisionado. Defesa pública dos trabalhos para uma banca constituída por professores do Curso e profissionais especializados. | TCC I | 1 |
| | Atividades Complementares | 1º a 8º | 400 | A monitoria, a iniciação científica, a produção científica, a participação em projetos de extensão e os seminários promovidos por instituições de fomento a estudos e pesquisas de natureza científica e interdisciplinar, as oficinas e os laboratórios. | | 1 |

CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA TOTAL |
|---|---------------------|
| DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS | 1.440 |
| DISCIPLINAS OPTATIVAS (CH MÍNIMA EXIGIDA) | 630 |
| ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO | 600 |
| ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 400 |
| TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | 120 |
| TOTAL | 3.190 |

11 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO



O Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO estará subordinado administrativamente ao Centro de Ciências Humanas – CCH.

O Curso de Serviço Social da UNIRIO atenderá aos requisitos para formação de graduandos em Serviço Social, de acordo com a legislação vigente.

Sua estrutura será composta pelo Departamentos de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, que responderá pelos três núcleos de fundamentação de formação profissional definidos pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

11.1 Recursos humanos necessários para a implementação do Curso

- a) Contratação de 14 professores;
- b) Contratação de 2 servidores técnico-administrativos para o suporte técnico necessário ao curso.

11.2 Oferta e Coordenação do Curso

O Curso de Serviço Social da UNIRIO terá entrada anual, oferecendo 60 (sessenta) vagas anuais. O regime acadêmico é de crédito, devendo o aluno matricular-se nas disciplinas semestralmente, obedecendo os pré-requisitos.

Coordenação do Curso:

Prof Dr Luiz Cleber Gak

12 REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008. Biblioteca Básica / Serviço Social.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 4, n. 8, jul.-dez. 2004.

BRASIL. Lei de regulamentação da profissão do Assistente Social. In: COLETÂNEA de Leis e resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª. Região, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Serviço Social**. São Paulo, 1997.

BRAVO, M. I.; FREIRE, Silene de M. **Trajetória histórica das primeiras unidades públicas de ensino de Serviço Social no Rio de Janeiro**. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/noticias.php>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (7. Região). **Código de Ética Profissional**. In: COLETÂNEA de Leis e resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro, 2005.

GUERRA, Y. A. D. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 91, p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capitalismo financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo : Cortez, 2006.

_____.M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo : Cortez, 1982.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. **A fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Cinco notas a propósito da "Questão Social". **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001;

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, n. 95, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos, **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**, Rio de Janeiro, ROCO, 1993.

_____, W. G. **Cidadania justiça**: a política social da ordem brasileira, RJ, Campos, 1988.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008. Biblioteca Básica /Serviço Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de desenvolvimento institucional**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Projeto pedagógico institucional**. Rio de Janeiro, 2007.